

## Economia

# Inflação e maioria absoluta explicam escalada das greves em 2023

Raquel Martins

**Perda de poder de compra é o principal motor da contestação. Mas percepção de falta de respostas agrava protesto**

A inflação, a perda de poder de compra e a percepção de que o Governo socialista, mesmo com maioria absoluta, não está a dar resposta aos problemas são algumas das razões que explicam o aumento da contestação social e das greves no arranque de 2023. Em Janeiro, os pré-avisos triplicaram para 309 face a igual mês de 2022 e ultrapassaram os 133 pré-avisos registados em Janeiro de 2019, o ano anterior à pandemia.

Nos próximos tempos, esta tendência deverá manter-se. A greve na CP, que tem parado os comboios, estende-se até ao final desta semana, coincidindo com a greve nacional da administração pública convocada pela Frente Comum para sexta-feira, 17 de Março. A CGTP tem uma manifestação agendada para 18 de Março, os professores e profissionais da educação marcaram greves e acções até ao final do ano lectivo e há pré-avisos de greve na Justiça e Administração Local até ao final do mês.

Para Hermes Costa, sociólogo e professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), a inflação e a perda de poder de compra são um motor natural para o escalar das greves e da contestação, embora haja outros factores a ter conta.

“A inflação de carácter persistente – a maior das últimas três décadas – mexe com os bolsos das pessoas, estimulando, de forma quase intuitiva, a contestação e, a juntar a isso, as empresas parecem estar a lucrar com a inflação, com margens de lucro que superam os custos”, sublinha.

Mas há que olhar para outros planos. No plano político, defende o sociólogo, “a governação socialista tem vindo a dar um trunfo às organizações sindicais para contestarem. O caso dos professores tem sido eloquente a esse respeito, mas muitos outros exemplos nas áreas da justiça,

dos transportes ou até do turismo e restauração dão testemunho disso”.

Já no plano social, “os níveis de desemprego que têm vindo a aumentar nos últimos seis meses e o acumular de reivindicações antigas não satisfeitas geram desconfiança, desânimo e revolta, que é colectiva mas também pessoal, pois projecta-se nas motivações individuais e na sensação de aspirações não cumpridas”, destaca.

Paulo Marques, sociólogo e professor no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, concorda que a inflação apenas explica uma parte do aumento da contestação. “Muitos dos problemas que agora estão em cima da mesa, como a contabilização do tempo de serviço para progressão na carreira [dos professores] ou a regularização das formas de contratação não permanente, já se arrastam há muito tempo”, sublinha, acrescentando que isso leva a que novos movimentos sindicais ganhem relevância e haja uma radicalização da acção.

O caso dos professores é paradigmático. O Stop, que mudou a designação de Sindicato de Todos os Professores para Sindicato de Todos os Profissionais de Educação, tem tentado captar uma franja mais ampla de descontentes, observa Hermes Costa. Na prática, “desafiou uma classe docente envelhecida a buscar num sindicato jovem, ainda que menos representativo, o resgate de uma dignidade profissional e a esperança, por enquanto vã, de alcançar resultados palpáveis”.

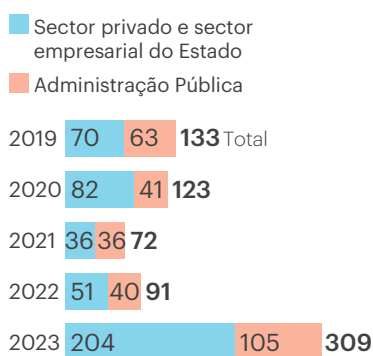
Isabel Camarinha, secretária-geral da CGTP, identifica um “profundíssimo descontentamento e uma grande indignação” entre os trabalhadores e na população em geral, mas garante que o movimento sindical tradicional está atento a isso e procura dar-lhe respostas.

“Quando as condições de vida dos trabalhadores e da população se degradam, com o aumento dos preços e com uma estagnação ou aumento muito diminuto dos salários e das pensões, é natural que a contestação aumente”, nota, acrescentando que a habitação “tem um peso enorme nas dificuldades que os trabalhadores estão a atravessar”.



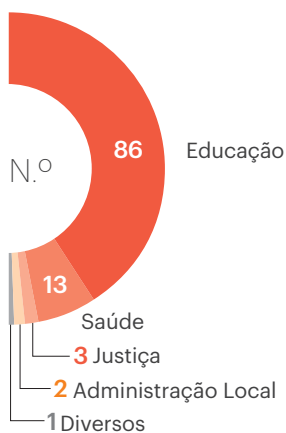
## Pré-avisos de greve no nível mais alto desde 2019

Número de pré-avisos entregues em Janeiro



## Pré-avisos na função pública

Por área



## Pré-avisos no sector privado

Por área



Fonte: DGERT e DGAEP

PÚBLICO

**Noção de que a maioria absoluta não consegue responder aos problemas gera “indignação” e “descontentamento”**



**O Governo vai ter de olhar para o descontentamento que os trabalhadores estão a trazer para a rua**

Isabel Camarinha  
Secretária-geral da CGTP

**A governação do PS tem vindo a dar um trunfo às organizações sindicais para contestarem**

Hermes Costa  
Sociólogo

A dirigente critica ainda o acordo de rendimentos assinado pelo Governo, patrões e UGT para o sector privado, assim como o acordo para a função pública, por preverem “aumentos salariais diminutos [de 5,1% em 2023] face ao que era necessário”.

Sérgio Monte, dirigente da UGT, considera que o acordo tem sido cumprido em vários contratos colectivos e acordos de empresa, embora reconheça que pode ser preciso revisá-lo se a inflação continuar acima dos 5,1%. Mas também não tem dúvidas de que o que está na génese de uma certa “revolta” dos trabalhadores é a inflação. “O sector público e o privado perderam poder de compra no ano passado, os bens alimentares estão a subir e tudo isto cria um caldo propício a que as pessoas estejam mais dispo-

níveis para a greve e para a contestação”, destaca.

“Estou convencido de que, se a inflação continuar a descer e se este surto especulativo [nos bens essenciais] se atenuar, a contestação vai diminuir”, antecipa o dirigente sindical e deputado do PS.

## “Rastilho da contestação”

A evolução das greves no sector privado mostra que existe uma correlação entre governos de maioria e o aumento da contestação social. Foi assim no primeiro Governo do socialista José Sócrates, que em 2005 conseguiu uma maioria absoluta e viu, em 2007, o número de greves chegar a 1045.

O mesmo aconteceu no Governo de coligação PSD/CDS encabeçado por Pedro Passos Coelho, que coincidiu com a permanência da *troika* em Portugal, o que levou a que em 2012 tenha sido batido o recorde de greves dos últimos 18 anos no sector privado (1895).

Pelo contrário, na primeira legislatura de António Costa, o acordo entre o PS, PCP e BE deixou estes dois partidos reféns da coligação parlamentar e conduziu a uma acalmia da contestação social entre 2015 e 2019.

A partir de 2022, com a maioria absoluta do PS, com os dois partidos de esquerda remetidos para a oposição e com a agudização das condições de vida da população “devido à crise provocada pela inflação e pela alteração da política monetária do Banco Central Europeu”, o cenário mudou e os protestos ganharam uma nova centralidade, nota Paulo Marques.

“O desaproveitamento da estabilidade política pode constituir-se como um rastilho para o aumento da contestação. Sobretudo quando não há convergência entre retórica política, que faz a apologia da recuperação económica, e a tradução disso numa repartição do bolo, fica difícil sustentar a contestação social”, alerta Hermes Costa.

É essa divergência entre o discurso político e a prática que, na perspectiva de Isabel Camarinha, provoca um sentimento “de grande revolta” e “frustração” por parte de “quem acreditou que, dando mais capacidade de acção ao PS, as coisas iam mudar”. “A realidade é que isso não está a acontecer. Há consciência de que é possível haver resposta para os problemas mas, por opção, ela não é dada e isso faz com que os trabalhadores se mobilizem mais”, resume.

Essa disponibilidade para a contestação, destaca Isabel Camarinha, é transversal a todos os sectores de actividade, nomeadamente a indústria, o comércio, a restauração, a hotelaria ou os transportes.

“O Governo vai ter de olhar para o descontentamento que os trabalhadores estão a trazer para a rua. Não pode ficar indiferente ao que se está a passar na escola pública ou na saúde. A resposta é possível. É uma questão de opção”, desafia.